



IV Colóquio de História da Educação

MEMÓRIAS DO CARVÃO: CONFLITOS E DISPUTAS EM TORNO DO PATRIMÔNIO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL EM SIDERÓPOLIS/SC.

Educação Patrimonial e Escolar.

*Elaine Rodrigues, nanirodri6@hotmail.com¹
Michele Gonçalves Cardoso², michelegc@unesc.net*

1 Introdução

Essa pesquisa é uma continuidade do projeto do PIC. Art.170, vinculada a Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC realizado no ano de 2015. Teve como objetivo registrar memórias sobre o “Recreio do Trabalhador” edificação sede do Itaúna Atlético Clube, uma associação formada por funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional/ CSN. O clube é apenas um dos prédios que fazem parte de um grande conjunto de edificações que compõe a Vila Operária de Rio Fiorita. Porém, durante a pesquisa percebeu-se vários conflitos em torno dessas edificações, que fazem parte da história dessa comunidade localizada na cidade de Siderópolis, no sul de Santa Catarina.

A região sul de Santa Catarina teve seu desenvolvimento econômico, urbano, social e cultural marcado pela exploração carbonífera, atividade que teve seu início em fins do século XIX e início do XX. A descoberta do "ouro negro" incentivou a vinda de muitos/as trabalhadores/as de diferentes regiões catarinenses, como também de outros estados, transformando a paisagem e a economia da região que era voltada para agricultura.

A atividade carbonífera foi responsável pela instalação de várias empresas mineradoras na região, que além de todas as estruturas necessárias para a extração do minério, também foram responsáveis pela construção das vilas operárias – construindo além das casas, armazéns, ambulatórios e as sedes administrativas das próprias empresas. Cada uma dessas construções cumpria um papel fundamental para o

¹Acadêmica da 7ª fase do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: nanirodri6@hotmail.com

²Mestre em História. Doutoranda em História. Bolsista FUMDES/ UNIEDU de Pós-Graduação. Professora do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: michelegc@unesc.net



IV Colóquio de História da Educação

funcionamento das atividades carboníferas: seja para extração ou escoamento, seja para controle e disciplinarização dos/as trabalhadores/as das minas.

Essas vilas eram construídas exclusivamente para suprir as necessidades das famílias dos mineiros a exemplo dos modelos europeus (BERNARDO, 2004. p 129). Assim começaram as construções das vilas operárias na região do sul do estado. No início da mineração as casas eram construídas de barro e aos poucos foram substituídas por casas geminadas de madeira, formando assim as vilas operárias como conhecemos ainda hoje.

Na cidade de Siderópolis, as transformações econômicas e urbanas desenvolvidas durante o ciclo do carvão se deram a partir da chegada da Companhia Siderúrgica Nacional/ CSN durante a década de 40, marcando uma nova fase do ciclo do carvão.

Com a chegada da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional e começo da exploração do carvão, por volta de 1941, surgiram à primeira mina de carvão (galeria) e a montagem da primeira escavadeira. Junto iniciou-se a construção, em massa, de casas operárias em Rio Fiorita.(SCAINI; MAGAGNIN; DUARTE, 2002. p. 71).

A vila operária do bairro Rio Fiorita destacava-se entre outros bairros da cidade pela sua infraestrutura. Foi projetada de maneira que os/as operários/as não precisassem sair dela para atender suas necessidades. O exemplo de outras vilas operárias, além das estruturas para atender as demandas da empresa, como um prédio onde funcionava o escritório da empresa, oficinas, almoxarifado também foi construído açougue, ambulatórios, escolas e posteriormente, os lugares de lazer.

A partir da chegada da CSN, a cidade foi crescendo, tudo girava em torno da companhia. Porém, no ano de 1991, já com o carvão em baixa no mercado, a empresa deixou a cidade gerando uma crise econômica e social, pois a cidade dependia da empresa economicamente. Com o seu fechamento essas estruturas foram entregues à prefeitura municipal em regime de comodato, conforme consta na Lei Nº 850/91 onde fica estipulado que:

O chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a firmar Contrato de Comodato, a título gratuito, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, para a utilização do Recreio do Trabalhador, Jardim de Infância, Campo de Futebol, Ambulatório, Clube União Mineira, Escritório e Portaria, todos localizados no Bairro Rio Fiorita, neste Município (Lei Nº 850/91, 02 de agosto de 1991).



IV Colóquio de História da Educação

O comodato seria por 30 anos, porém segundo o ex-prefeito Douglas Gleen Warmling, que na época era vereador, no ano de 1997, esses prédios foram definitivamente comprados pelo município, por um valor simbólico.³

Todas essas estruturas deixadas pela CSN se constituem como importante evocador de memória coletiva e referencial identitário da comunidade do bairro Rio Fiorita e da própria cidade de Siderópolis, pois fizeram e ainda fazem parte da história desse município. Contudo, percebe-se ao longo dos anos várias disputas em torno desses bens, seja por seu valor histórico, seja por seu valor econômico.

Um dos espaços que mais evocam memórias e um dos mais disputados é o Clube “Recreio dos Trabalhadores” construído no ano de 1954 – como sede do então Itaúna Atlético Clube fundado em 04 de dezembro de 1952 – uma reivindicação dos funcionários que necessitavam de um lugar de lazer para eles e para seus familiares. Como apontaram as pesquisas, diversos eventos sociais aconteciam nesse local. Ali também funcionava diariamente um bar, onde os funcionários se reuniam após a jornada de trabalho para beber e jogar (dominó, baralho, etc.). Além dos funcionários, a própria empresa utilizava o clube para promoção de festas e jantares. O espaço também era utilizado pelo sindicato dos mineiros que realizava suas reuniões e assembleias para deliberações diversas. Além do Recreio, outro prédio que está sendo disputado é o prédio onde funcionava o Escritório da estatal, evidenciando sua importância para entidades locais.

Ambos foram tombados a nível municipal, o Recreio pela Lei nº 1693, de 20 de julho de 2007, e o prédio do Escritório, Lei nº 1.906, de 23 de novembro de 2010, ambos tombados na gestão do então prefeito Douglas Gleen Warmling (GUINGA). Segundo Guinga, o tombamento teve o intuito de arrecadar verbas para o restauro das edificações, pois devido ao desgaste sofrido ao longo dos anos suas paredes estavam comprometidas. Além da pressão da própria comunidade, que cobrava uma ação por parte do poder público. O tombamento nesse sentido foi em vão, não foram feitos reparos em nenhum dos prédios tombados e partes das paredes do Recreio caíram o em 2013.

³Entrevista realizada com Douglas GleenWarmling concedida à Elaine Rodrigues no dia 03 de Fevereiro de 20016.



IV Colóquio de História da Educação

Segundo o ex-prefeito, “a prefeitura amargava naquele momento uma crise financeira bastante grande” ⁴o que inviabilizava o investimento de recursos na manutenção.

A prefeitura não dispunha desse recurso, ai a gente começou tanto no Recreio do Trabalhador quanto o Antigo Escritório da CSN também. Nós fizemos as duas situações, porque na verdade é um patrimônio histórico que tem muita identificação com a história da mineração de Siderópolis. Aí nós começamos a trabalhar em Brasília, para tentar buscar esse recurso. Eu me recordo perfeitamente que o Escritório da CSN a gente conseguiu montar um projeto e encaminhar, mas nunca o governo federal nunca viabilizou esse recurso [...]

O fato é que os bens da CSN passaram a ser alvo de diversas disputas tendo diferentes protagonistas e objetivos para o uso dessas estruturas. Os conflitos pela posse dessas estruturas visam não apenas a preservação desses locais e de suas memórias, mas o valor econômico a eles agregado, já que essas edificações estão em espaços privilegiados da cidade.

Através de pesquisas, foram encontrados desde o ano de 1996 – alguns anos depois da partida da CSN – registros de Ofícios encaminhados para o responsável legal da Companhia Siderúrgica Nacional, solicitando a “doação da área e instalações do Recreio do Trabalhador e do Campo do Itaúna Atlético Clube” ⁵. Outras entidades que disputam esses lugares são o Sindicato dos Mineiros da Região e a Associação de Moradores do Bairro Rio Fiorita.

Eles lutam pela posse do prédio onde funcionava o antigo Escritório da CSN. Segundo moradores do bairro, atualmente o espaço é utilizado por usuários de drogas e para prostituição, por isso as Associações de moradores, com o apoio de um vereador, requereram ao prefeito sua demolição, para ser construído no lugar um complexo de lazer. O Sindicato dos Mineiros, também solicita a doação do prédio do Escritório, visando à construção de um complexo que contaria com um museu do carvão e outros usos do próprio sindicato. A associação dos Moradores de bairro é contra a doação, pois para eles o prédio deveria ser entregue ao sindicato somente se este permitisse que os moradores do bairro fizessem uso de três salas, como não entrou em um acordo a disputa continua.

⁴Entrevista realizada com Douglas GleenWarmling concedida à Elaine Rodrigues no dia 03 de Fevereiro de 20016

⁵Ofício nº 071/96



IV Colóquio de História da Educação

Ambas as entidades já possuem concessão de uso de patrimônios deixados pela CSN. O prédio onde funcionava a antiga portaria do escritório e o Ambulatório está aos cuidados da Associação de Moradores. Já o Sindicato dos Mineiros conforme consta na Lei Nº 1.507 de 19 de maio de 2004, faz uso de uma área localizada em frente ao Escritório da CSN, onde o Sindicato possui sua sede e Associação dos Mineiros.

Além do Recreio e do Escritório, o patrimônio deixado pela CSN, conta com os prédios onde funcionava o Ambulatório, a Portaria (casa do guarda) do escritório, o estádio de futebol Eng. Mozart Vieira, os pavilhões das antigas oficinas e almoxarifados – esses foram entregues a empresas para gerarem novos empregos.

Todas essas construções, além dos documentos que tivemos acesso, e até mesmo essas as disputas por esses bens legitimam a importância desses patrimônios no cotidiano de toda a cidade, o que evidencia seu o valor histórico. Além do valor identitário a eles agregados, que afirma a necessidade de preservação desses bens. Segundo Carlos Lemos, “devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural.” (LEMOS 1981, p. 29).

Ao longo desses anos, esses patrimônios ligados à extração carbonífera se fizeram presentes no cotidiano dos moradores do bairro Rio Fiorita. Esse conjunto arquitetônico pode ser considerado patrimônio industrial. Segundo a Carta de Nizhny Tagil:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A vila operária do bairro Rio Fiorita foi formada na sua grande maioria por funcionários da CSN, muitos destes vieram de outros lugares do estado, para trabalhar na carbonífera atraída por melhores condições de vida, e ainda hoje permanecem no bairro, na mesma casa, comprada durante os anos de trabalho. Segundo a carta acima citada, “O patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário.”⁶ Podemos assim, caracterizar todas essas estruturas deixadas na cidade de



IV Colóquio de História da Educação

Siderópolis pela Companhia Siderúrgica Nacional, como Patrimônio Industrial, tendo em vista a atividade econômica exercida durante os 50 anos em que atuou na região.

Entende-se assim que os bens relacionados às memórias do período carbonífero na cidade de Siderópolis precisam ser preservados para que não se esqueça da sua importância para o desenvolvimento social e econômico da região.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, Roseli Teresinha. O tempo e os espaços de entretenimento das famílias operárias mineiras. In: GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 129 p.

COSTA, Marli de Oliveira. A infância e as Vilas Operárias Mineiras da CSN. In: CAROLA, Carlos Renato (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011.

LANDIM, Paula. Percepção e Preservação. Do Patrimônio Arquitetônico. In: V Seminário Nacional. I Encontro Latino Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. Anais. Piracicaba, SP, 2001. (Online)

LEMONS Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
SCAINI, Jucélia Longo; MAGAGNIN, Liana; DUARTE, Márcia Roselene Barg. **Conhecendo Siderópolis**. 4 ed. Siderópolis: Prefeitura Municipal de Siderópolis, 2002. 71 p.

Entrevistas:

WARMLLING, Douglas Gleen. **Entrevista concedida a Elaine Rodrigues**. Siderópolis 03 de Fev. De 2016. Entrevista.

Documentos:

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Histórico Siderópolis. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=421760&search=santa-catarina|sideropolis|infograficos:-historico>) Acesso em: 28 de maio de 2016.

SIDERÓPOLIS. Lei nº 1.906, de 23 de novembro de 2010. Siderópolis, 2010.

SIDERÓPOLIS. Lei nº 1693, de 20 de julho de 2007. Siderópolis, 2007.

SIDERÓPOLIS. Lei Nº 850/91, de 02 de agosto de 1991. Siderópolis, 1991.

⁶ Ibidem;



IV Colóquio de História da Educação

SIDERÓPOLIS. Lei Nº 1.507, de 19 de maio de 2004. Siderópolis, 2004.

SIDERÓPOLIS, Ofício nº 071/96, de 07 de maio de 1996. Siderópolis, 1996.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL, de julho de 2003.